

Demonstrações Financeiras

Usina Jequitibá SPE S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Usina Thopen Jequitibá S.A. (anteriormente denominada Usina Jequitibá SPE S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Thopen Jequitibá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

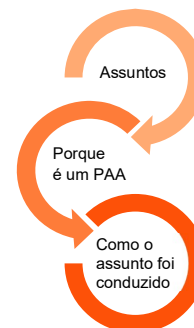
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p data-bbox="311 472 860 535">Receita com Geração Distribuída (Notas 2.9 e 11)</p> <p data-bbox="311 556 860 745">No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o valor total de receita líquida de R\$ 5.448 mil, provenientes de contratos de aluguel de infraestrutura e de serviços de operação e manutenção.</p> <p data-bbox="311 766 860 1207">Esses contratos de locação e de prestação de serviços contém uma parte de seu preço fixado, o qual é atualizado por índices contratuais, e a outra parte variável em função do desempenho das Usinas Fotovoltaicas (“UFV”). Além das obrigações de desempenho relacionadas à disponibilização dos bens locados e a realização dos serviços prometidos, esses contratos estipulam uma obrigação de performance relacionada com a comprovação da efetiva compensação entre a energia gerada e a energia consumida pela unidade consumidora.</p> <p data-bbox="311 1228 860 1554">A receita é apurada considerando as definições previstas nos contratos de locação e de prestação de serviços, o que inclui a avaliação e o julgamento da administração quanto ao efetivo cumprimento das obrigações de performance de cada contrato. Devido a relevância dos valores das receitas e o uso de julgamento por parte da administração, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p data-bbox="860 556 1435 903">Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu procedimentos relacionados a testes, em bases amostrais, de recálculo dos valores apropriados como receitas e inspeção de contratos e outros documentos comprobatórios das transações, quando aplicável, para avaliar o cumprimento das obrigações de performance. Também inspecionamos os respectivos comprovantes de liquidação financeira das transações.</p> <p data-bbox="860 924 1435 1029">Obtivemos confirmações externas das transações de receita, em base amostral, diretamente com os respectivos clientes.</p> <p data-bbox="860 1050 1435 1155">Adicionalmente, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p data-bbox="860 1176 1435 1333">Com base em nossos procedimentos, consideramos que os critérios de reconhecimento da receita de aluguel são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.</p>

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de março de 2025, sem ressalvas.



Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se



concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Digitally signed by
Bruno Guedes Monteiro
DN: cn=Bruno Guedes Monteiro, o=1005580720
c=BR, ou=PricewaterhouseCoopers
Date: 2026.03.31 12:42:02 -03'00' (UTC-03:00) -03'00' (UTC-03:00)
C=BR, OU=Certificado Digital PP A1
C=BR
E=bruno.guedes@pwc.com.br

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Usina Jequitibá SPE S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	16
Contas a receber	5	1.487	1.705
Outros ativos		12	410
Total ativo circulante		1.500	2.131
Não circulante			
Créditos tributários		15	9
Depósitos judiciais	7.2	4.017	3.412
Impostos diferidos	15	2.444	2.433
Partes relacionadas	6	13.252	15.947
Direitos de uso em arrendamentos	7	2.464	2.848
Imobilizado	8	16.222	16.874
Total ativo não circulante		38.414	41.523
Total do ativo		39.914	43.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	4.754	4.607
Fornecedores		124	49
Obrigações tributárias		303	481
Arrendamento a pagar	7	4.094	732
Partes relacionadas	6	5	-
Outras contas a pagar		13	15
Total passivo circulante		9.293	5.884
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	15.160	18.825
Arrendamento a pagar	7	4.144	6.711
Obrigações tributárias		-	23
Total passivo não circulante		19.304	25.559
Patrimônio líquido			
Capital social	10	15.269	15.269
Prejuízos acumulados		(3.952)	(3.058)
Total patrimônio líquido		11.317	12.211
Total do passivo e do patrimônio líquido		39.914	43.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	11	5.448	6.615
Custo operacionais	12	(1.403)	(1.086)
Lucro bruto		4.045	5.529
Despesas gerais e administrativas	13	(1.305)	(1.371)
Outras despesas		-	(23)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.740	4.135
Receitas financeiras	14.2	1	1
Despesas financeiras	14.1	(3.538)	(3.569)
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		(797)	567
Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes	15	(108)	(153)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	15	11	(77)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(894)	337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(894)</u>	<u>337</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(894)</u></u>	<u><u>337</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.269	(3.395)	11.874
Lucro líquido do exercício	-	337	337
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.269	(3.058)	12.211
Prejuízo do exercício	-	(894)	(894)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.269	(3.952)	11.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Das operações		
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social	(797)	567
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
com o caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Amortização de direito de uso – nota 7.1	409	400
Depreciação – nota 8	689	683
Apropriação de juros de arrendamento a pagar – nota 7.2	827	398
Encargos financeiros e custos de emissão apropriados – nota 15.1	2.546	3.104
Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	218	(46)
Adiantamento a fornecedores	-	120
Depósitos judiciais	(605)	(544)
Outros ativos	392	(138)
Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores	75	27
Obrigações tributárias	(59)	128
Arrendamento a pagar	(57)	-
Outras contas a pagar	(2)	11
Caixa proveniente das operações	3.636	4.710
Juros pagos	(1.312)	(1.795)
Impostos pagos	(250)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.074	2.915
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Atividades de investimentos		
Partes relacionadas a receber	2.695	1.465
Aquisição do imobilizado	(37)	(172)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	2.658	1.293
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas a pagar	5	(872)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.752)	(3.954)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(4.747)	(4.547)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(15)	(339)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16	355
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	16
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(15)	(339)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Usina Jequitibá SPE S.A. (“Jequitibá” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Rebouças, 2728, 14º andar, na cidade de São Paulo – SP.

A Companhia é controlada da Thopen Energia S.A. (“Thopen Energia”), anteriormente denominada RZK Energia S.A., que possui como acionistas, os fundos de investimento denominados RZK Energia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, e NM RZK Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e a Pontal 2 Geração de Energia S.A. A Pontal 2 Geração de Energia e Participações tem como controlador final, a Denham Capital Management LP (“Denham Capital”).

A Companhia, iniciou suas atividades em 13 de março de 2018 e tem como propósito específico desenvolver e explorar a central de geração distribuída de energia elétrica produzida por sistema de energia fotovoltaica, na cidade satélite de Ceilândia, Brasília-DF.

A Companhia possui uma capacidade de geração de 5,94 MWp, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a geração média mensal foi de 841,73 MWh (782,6 MWh em 31 de dezembro de 2024).

2. Sumário das políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CTG 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 7.793 (R\$3.753 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a geração de caixa operacional observada nos exercícios recentes não foi suficiente, de forma isolada, para suportar integralmente suas obrigações financeiras de curto prazo.

Não obstante, a Administração entende que as operações da Companhia estão alinhadas ao seu plano de negócios e ao de sua Controladora, bem como avalia que há capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos e assegurar a continuidade dos negócios no futuro previsível.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de quaisquer incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário de políticas contábeis materiais

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são de alta liquidez e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

2.4 Contas a receber

São registrados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, deduzidas das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em suas análises, não constituiu provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

2.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Bens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e provisão para perdas para redução ao valor recuperável, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são mensurados pela comparação entre o valor líquido obtido da alienação com o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário de políticas contábeis materiais

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

Os métodos de depreciação, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

2.6 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como “arrendamento”.

A Companhia atua como “arrendatária” nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

Ativos de direito de uso - Intangível

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2 . Sumário de políticas contábeis materiais

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa capitalização de recursos na data de início. Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

2.7 Passivo circulante e não circulante

Uma obrigação é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado e em que é provável a saída de um recurso econômico para saldar a obrigação. São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

2.8 Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva até as datas dos balanços.

2.9 Receita operacional líquida

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da(s) obrigação(ões) de performance(s) definida(s) no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de performance do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa satisfizer as obrigações de performance.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário de políticas contábeis materiais

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de performance for satisfeita, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Os contratos de locação de imóveis e equipamentos e os contratos de prestação de serviços são vinculados às Usinas Fotovoltaicas (UFV). Esses contratos de locação e de prestação de serviços contém, geralmente, uma parte de seu preço fixado, o qual é atualizado por índices contratuais, e a outra parte variável em função da performance das UFV. Além das obrigações de performance relacionadas à disponibilização dos bens locados e a realização dos serviços prometidos, esses contratos estipulam uma obrigação de performance relacionada com a comprovação da efetiva compensação da energia gerada. A energia elétrica gerada pela UFV é injetada na rede da Distribuidora para que os clientes da Companhia possam obter o benefício dos créditos de energia a serem compensados junto a distribuidora. A comprovação desses créditos ocorre através da discriminação do volume dessa energia nas faturas emitidas pela Distribuidora. A partir da comprovação da geração realizada pela fatura da usina, são satisfeitas todas as obrigações de performance, portanto, a Companhia passa a ter o direito ao reconhecimento da receita dos contratos de locação e de prestação de serviço de operação e manutenção.

2.10 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR - valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

a) *Ativos financeiros*

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário de políticas contábeis materiais

- (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) Custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição no caso de investimentos que não sejam mensurados pelo valor justo através do resultado.

b) *Passivos financeiros*

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade não pode reclassificar qualquer passivo financeiro entre categorias.

c) *Reconhecimento e desreconhecimento*

O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, determina que a Companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial somente quando uma entidade se torna parte das atividades contratuais do instrumento.

A compra ou venda de ativos financeiros deve ser reconhecida e / ou desreconhecida, se aplicável, na data da negociação ou na data da liquidação.

A entidade deve desreconhecer o ativo financeiro quando e somente quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou
- Transferir o ativo financeiro se a entidade não tiver seu controle.

A entidade deve desreconhecer o passivo financeiro quando e somente quando:

- For extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário de políticas contábeis materiais

Impairment

A Companhia avalia com base em projeções futuras a perda de crédito esperada associada a seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia do impairment adotada depende da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito. Para as contas a receber a Companhia adota a abordagem simplificada, conforme permitido pelo NBC TG 48 e, portanto, reconhece, quando aplicável, as perdas esperadas ao longo de toda a vida do crédito desde o seu reconhecimento inicial do crédito. Com base nas análises da Companhia, não foi constituída provisão para perdas esperadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

d) Custo amortizado de ativos financeiros após o reconhecimento inicial

Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização da taxa efetiva de juros é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como “despesas financeiras” na demonstração do resultado.

São incluídos como ativo circulante, exceto para prazos de vencimento superiores a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

e) Valor justo de ativos financeiros

Para ativos mensurados ao valor justo, a mudança no valor justo deve ser reconhecida no resultado ou em outro resultado abrangente, conforme apropriado. A data de negociação deve ser considerada a data de reconhecimento inicial para fins de aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais

2.11. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A Companhia e suas controladas calculam e reconhecem o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro real, reconhecendo os impostos com base no lucro tributável, determinado de acordo com a legislação tributária brasileira.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Os Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Os impostos diferidos ativos, caso aplicável, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais

2.12 Adoção inicial das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em consonância com as normas emitidas pelo IFRS e adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

(a) Revisadas e vigentes:

Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 02 / IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras das da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas:

A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Melhora nos critérios de reconhecimento, desconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza.	01/01/2026
Adoção ao IFRS18	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Adoção ao IFRS19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais

A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas normas e, no momento, não são esperados efeitos significativos nas demonstrações financeiras. A exceção refere-se ao IFRS 18, que ainda se encontra em fase de avaliação, sendo esperado que tenha impacto relevante na forma de apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Uso de julgamentos e estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos e estimativas

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão para perda de crédito esperadas (Nota 5)
- Taxa de desconto e prazo do arrendamento (Nota 7)
- Vida útil do imobilizado e intangível (Nota 8)
- Recuperabilidade do imposto diferido sobre prejuízos fiscais (Nota 15)
- Valor justo dos instrumentos financeiros (Nota 17)

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	1	-
Aplicação automática (a)	-	16
	<u>1</u>	<u>16</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2024, os saldos mantidos em aplicações financeiras referiam-se a aplicações automáticas de liquidez imediata, que apresentaram remuneração média equivalente a 5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Transações com clientes – a vencer		
Faturados	46	46
A faturar	1.441	1.659
	<u>1.487</u>	<u>1.705</u>

O contas a receber com clientes refere-se aos valores dos contratos que compõe a transação de geração distribuída. Essa energia elétrica é utilizada pelos clientes para obterem o benefício dos créditos de energia junto às distribuidoras, gerando, por sua vez, a base para o faturamento dessa energia pela Companhia. O saldo será faturado e recebido durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há saldos vencidos e histórico de inadimplência, por isso não há constituição de perdas esperadas sobre crédito de liquidação duvidosa.

6. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo		
Thopen Energia S.A.	13.234	15.947
Thopen Solar 05 S.A.	17	-
Thopen Solar 01 S.A.	1	-
	<u>13.252</u>	<u>15.947</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo		
Thopen Solar 402 SPE S.A.	5	-
	<u>5</u>	<u>-</u>

A Jequitibá é parte integrante do projeto de implementação de várias unidades centrais de geração de energia elétrica produzida por sistema de energia fotovoltaica, coordenado por sua controladora Thopen Energia S.A.

As transações de partes relacionadas têm natureza de contas correntes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado. Os acordos não preveem a incidência de juros, estando registrados por seus valores nominais, não existindo vencimentos previamente definidos.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Partes relacionadas

b) Remuneração da Administração

A Companhia não registrou despesas com remuneração da diretoria e dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A administração das empresas do grupo é exercida de forma centralizada, sendo os executivos vinculados e remunerados pela Thopen Energia S.A., entidade relacionada que presta serviços de pessoal-chave da administração à Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve cobrança ou rateio específico desses custos à Companhia, tampouco mensuração individualizada dos valores incorridos pela entidade administradora em relação aos serviços prestados..

7. Direitos de uso em arrendamentos e arrendamentos a pagar

7.1. Direitos de uso em arrendamentos

O direito de uso dos arrendamentos refere-se ao contrato de aluguel do imóvel onde encontra-se instalada a central de geração distribuída de energia elétrica fotovoltaica. Na avaliação da Administração, o prazo remanescente para seu encerramento (360 meses) reflete a melhor estimativa de permanência no imóvel, e foi utilizado como base para cálculo dos valores a serem contabilizados.

A taxa líquida utilizada pela Companhia foi de 12,99% ao ano, sendo a mesma compatível com a remuneração auferida pelos empréstimos da Companhia.

As movimentações dos saldos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024 estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.901
Remensuração	347
Amortização	(400)
	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.848
Remensuração	25
Amortização	(409)
	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.464
	<hr/>

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Direitos de uso em arrendamentos e arrendamentos a pagar

7.2. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os arrendamentos a pagar estão assim apresentados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo circulante	4.094	732
Passivo não circulante	4.144	6.711
		<u>Passivo</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.698
Correção do contrato		347
Apropriação de juros – nota 14		398
		<u>7.443</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		7.443
Correção do contrato		(32)
Apropriação de juros – nota 14		827
		<u>8.238</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		8.238

A Companhia moveu uma ação revisional de locação, e está realizando os depósitos de seu aluguel judicialmente, o saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2025 é R\$4.017 (R\$3.412 em 31 de dezembro de 2024).

8. Imobilizado

(a) Composição do ativo imobilizado:

	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	
				2025	2024
Instalações elétricas	30	10.133	(2.217)	7.916	8.254
Máquinas e equipamentos	30	10.579	(2.273)	8.306	8.512
Construções em andamento		-	-	-	180
		<u>20.712</u>	<u>(4.490)</u>	<u>16.222</u>	<u>16.874</u>

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

(b) Movimentação do ativo imobilizado:

Custo:	2023	Adição	Transfer.	2024	Adição	Transfer.	2025
Instalações elétricas	10.112	-	21	10.133	-	-	10.133
Máquinas e equipamentos	10.326	21	87	10.434	37	108	10.579
Construções em andamento	65	151	(108)	108	-	(108)	-
	20.503	172	-	20.675	37	-	20.712
Depreciação:	2023	Adição	Transfer.	2024	Adição	Transfer.	2025
Instalações elétricas	(1.541)	(338)	-	(1.879)	(338)	-	(2.217)
Máquinas e equipamentos	(1.577)	(345)	-	(1.922)	(351)	-	(2.273)
	(3.118)	(683)	-	(3.801)	(689)	-	-
Líquido	17.385	(511)	-	16.766	(652)	-	16.222

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O valor justo líquido de despesas de venda é determinado com base em preços de mercado ou em transações recentes envolvendo ativos similares, ajustados pelos custos diretamente atribuíveis à venda do ativo.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos

	% Taxa de Juros	2025	2024
Debêntures	6,46% + IPCA	20.766	24.506
Custos de emissão a apropriar		(852)	(1.074)
		19.914	23.432
Circulante		4.754	4.607
Não circulante		15.160	18.825

Em 25 de julho de 2019, foi registrada a 1ª Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real dos recebíveis, alienação fiduciária das ações emitidas pela Companhia e penhor das máquinas e equipamentos, conforme instrumento firmado entre a Companhia ("Emissor") e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O montante total da emissão foi de R\$ 32.000, correspondendo a 32.000.000 debêntures, pelo valor nominal unitário de R\$ 1 (um real), com prazo de 10 anos e seu vencimento ocorrerá em 17 de setembro de 2029, ressalvadas as hipóteses de (i) oferta de resgate antecipado, (ii) aquisição facultativa, com cancelamento da totalidade das debêntures, e (iii) vencimento antecipado de acordo com as cláusulas de "covenants" previstas no instrumento de emissão das debêntures.

Na data do vencimento, ou em qualquer outra, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das debêntures pelo valor nominal atualizado acrescido dos juros remuneratórios devidos.

Essas operações possuem cláusulas de compromissos denominadas como "Eventos de Vencimento Antecipado" não automáticos, incluindo a manutenção de índice financeiro ISCD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), além de outros eventos que acarretam o vencimento automático da operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se adimplente de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos

As movimentações dos empréstimos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro	23.432	26.077
Juros	2.324	2.900
Custo de emissão	222	204
Pagamentos de juros	(1.312)	(1.795)
Pagamentos de principal	(4.752)	(3.954)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>19.914</u>	<u>23.432</u>

O cronograma de pagamento está a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2025	-	4.607
2026	4.754	5.381
2027	5.494	5.875
2028	6.110	6.432
2029	3.556	1.137
	<u>19.914</u>	<u>23.432</u>

10. Capital social

O capital social da Companhia autorizado e integralizado é de R\$15.269 (em 31 de dezembro de 2025 e 2024), representado por 15.268.634 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de titularidade da acionista Thopen Energia S.A.

Em decorrência dos resultados do exercício e acumulados, não foram constituídas reservas e tampouco, realizada distribuição de dividendos no exercício.

11. Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de transações com clientes	6.035	7.420
(-) Impostos sobre transações com clientes	(587)	(805)
	<u>5.448</u>	<u>6.615</u>

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Custos operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciações e amortizações	(1.098)	(1.083)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(305)	(3)
	<u>(1.403)</u>	<u>(1.086)</u>

13. Despesas administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços tomados de terceiros	(837)	(1.038)
Despesas tributárias	(80)	(4)
Despesas gerais	(388)	(324)
	<u>(1.305)</u>	<u>(1.371)</u>

14. Resultado financeiro

14.1. Despesas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Juros e custos de emissão sobre empréstimos e financiamentos – nota 9	(2.546)	(3.104)
Juros e multa	(165)	(67)
Juros sobre arrendamento a pagar – nota 6.2	(827)	(398)
	<u>(3.538)</u>	<u>(3.569)</u>

14.2. Receitas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimentos financeiros	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.537)</u>	<u>(3.568)</u>

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2025	2024
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(797)	567
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	271	(193)
Exclusões definitivas	(368)	(37)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(97)	(230)
Correntes	(108)	(153)
Diferidos	11	(77)
Alíquota efetiva	(12%)	41%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados para refletir os efeitos fiscais futuros sobre os prejuízos fiscais.

Com base em estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima realizar os tributos diferidos, registrados em 31 de dezembro de 2025 no ativo no valor de R\$2.583 (R\$ 2.433 em 2024), da seguinte forma:

	2025	2024
2025	-	196
2026	134	270
2027	276	380
2028	328	454
2029	382	454
A partir de 2030	1.324	679
	2.444	2.433

A Administração entende que a presente estimativa de recuperação do saldo é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a riscos e processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. A Administração da Companhia, apoiada em seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências para os exercícios findos e 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Conforme explicado na nota explicativa nº 7.2, a Companhia é polo ativo na ação revisional de locação, e está realizando os pagamentos de seu aluguel judicialmente, o saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2024 é R\$4.017 (R\$3.412 em 31 dezembro de 2024).

17. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros

17.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	2025		2024		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo (circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	16	16	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	5	1.487	1.487	1.705	1.705	Custo amortizado
		<u>1.489</u>	<u>1.489</u>	<u>1.721</u>	<u>1.721</u>	
Passivos (circulante e não circulante)						
Empréstimos e financiamentos	9	19.915	19.915	23.432	23.432	Custo amortizado
Fornecedores		124	124	49	49	Custo amortizado
Total		<u>20.039</u>	<u>20.039</u>	<u>23.481</u>	<u>23.481</u>	

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

17.2. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma para definir limites e controles de riscos apropriados ao seu tamanho e para monitorar os riscos e aderência aos limites. O Grupo Thopen, por meio de suas normas e procedimentos, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações, sendo todas as decisões relacionadas aos instrumentos financeiros revisadas e aprovadas pelo controlador do Grupo.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado - Taxa de juros;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;

Risco de Mercado - Taxas de juros

O risco de mercado da Companhia está relacionado, principalmente, às variações nas taxas de juros e nos índices de inflação que impactam seus instrumentos financeiros.

A principal exposição da Companhia decorre das debêntures contratadas, cujos encargos financeiros estão atrelados à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescidos de juros fixos. Dessa forma, aumentos nas taxas de inflação e de juros podem elevar o custo da dívida e impactar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia não possui exposição relevante a variações cambiais, preços de commodities ou instrumentos financeiros derivativos.

A gestão do risco de taxa de juros e inflação é realizada pela Administração por meio do acompanhamento contínuo das condições macroeconômicas, especialmente das expectativas de inflação e das taxas de juros de mercado, bem como pela avaliação da estrutura de capital e do cronograma de amortização da dívida.

Adicionalmente, a Companhia busca mitigar potenciais impactos adversos em seus fluxos de caixa por meio do planejamento financeiro e da manutenção de níveis adequados de liquidez.

Análise de sensibilidade – Taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de variação nas taxas de juros e nos índices de inflação, principalmente em decorrência das debêntures contratadas, cujos encargos são indexados ao IPCA acrescido de juros de 6,46% ao ano.

Com base na posição das obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2025, a Administração elaborou análise de sensibilidade considerando uma variação razoavelmente possível nos índices de inflação, mantendo as demais variáveis constantes.

Risco – Variação da taxa de juros	Valor contábil	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
			Aumento de 25%	Aumento de 50%
Empréstimos e financiamentos	19.915	826	1.033	1.239

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros

Risco de Liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorada diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessárias, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos contratuais não descontados dos passivos financeiros, considerando as datas de vencimento estabelecidas em contrato.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>2 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
<u>Empréstimos e financiamentos</u>	6.310	6.592	12.191	25.093
<u>Fornecedores</u>	124	-	-	124
<u>Total</u>	6.434	6.592	12.191	25.217

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O saldo de contas a receber e da receita operacional líquida está concentrado em um único cliente, porém a Companhia considera seu risco de inadimplência baixo, devido a sua estruturação de contrato a longo prazo com garantias e uma base histórica de perdas com clientes inexistente.

Os valores a seguir representam a exposição máxima de risco dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1	16
Contas a receber	1.487	1.705
	1.488	1.721

18. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. Evento subsequente

Em 31 de março de 2026, a Controladora da Companhia efetuou aporte de recursos no valor de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta mil reais) para suporte das operações da Companhia.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 21000930-9E85-459F-88AD-C4B195A73526

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: Relatório e Demonstrações Financeiras Jequitibá_Dez25.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 36

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Evelyn Garcia

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

evelyn.garcia@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

31 March 2026 | 22:37

Holder: Evelyn Garcia

evelyn.garcia@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

31 March 2026 | 22:42

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Bruno Guedes Monteiro

Signer Role: Sócio PwC

bruno.monteiro@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Signer Role: Sócio PwC

Subject: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

Signature

DocuSigned by:

DD2B795AD37247C...

Signature Adoption: Uploaded Signature Image

Using IP Address: 3.92.93.227

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 31 March 2026 | 22:38

Viewed: 31 March 2026 | 22:39

Signed: 31 March 2026 | 22:42

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Evelyn Garcia evelyn.garcia@pwc.com Manager Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 31 March 2026 22:42 Viewed: 31 March 2026 22:42 Signed: 31 March 2026 22:42
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2026 22:39
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2026 22:39
Signing Complete	Security Checked	31 March 2026 22:42
Completed	Security Checked	31 March 2026 22:42

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------